



CARTA ANUAL

DE POLÍTICAS PÚBLICAS
E GOVERNANÇA
CORPORATIVA

2023



Sumário

Mensagem do Diretor-Presidente	3
1. Identificação Geral da Pré-Sal Petróleo.....	5
2. Políticas públicas.....	7
2.1 Interesse público subjacente às atividades empresariais.....	7
2.2 Políticas públicas	9
2.3 Metas em relação ao desenvolvimento da atividade.....	13
2.4 Recursos para custeio.....	16
2.5 Impactos econômicos das políticas públicas.....	17
2.6 Comentário dos Administradores	18
3. Governança corporativa	18
3.1 Atividades realizadas pela empresa.....	18
3.2 Estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos	31
3.3 Fatores de risco.....	33
3.4 Dados econômico-financeiros	35
3.5 Políticas e práticas de governança.....	35
3.6 Descrição da composição e da remuneração da administração.....	37

Mensagem da Diretora Técnica e Presidente Interina



O ano de 2023 foi especial para a Pré-Sal Petróleo (PPSA), pois além de excelentes resultados, completamos a primeira década. Foram dez anos marcados por aprendizado, construção de um modelo eficiente de representação da União no Polígono do Pré-Sal, inovação e resultados para o país e para a sociedade brasileira.

O primeiro contrato de partilha no Brasil, de Libra, foi firmado em 2013 e hoje temos um total de 23 contratos assinados. Os campos sob o regime de partilha da produção representam 45% das reservas de petróleo do Brasil. Além disso, já respondem por cerca de 29% da produção nacional. São nove contratos comerciais, dos quais oito já estão em produção. Esses contratos representam para o Estado Brasileiro, em toda a vida útil, mais de R\$ 2 trilhões em royalties, tributos e comercialização de petróleo e gás natural da União.

Cheguei na PPSA em agosto do ano passado e encontrei uma empresa com enorme potencial. A produção de petróleo da União sairá dos atuais 50 mil barris por dia para mais de 500 mil barris por dia ao final da década. O gás natural da União também saltará para mais de três milhões de m³ por dia nesse mesmo período. Em 2024, serão 24 contratos de partilha assinados (incluindo Tupinambá, adquirido pela BP, em dezembro de 2023). Podemos atingir mais de 35 contratos no futuro só com as novas áreas já aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para ingressar no estoque da Oferta Permanente de Partilha da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A trajetória da empresa trouxe muitos resultados até aqui. Ao longo dessa década, já acumulamos uma arrecadação de mais de R\$ 14 bilhões para o Tesouro Nacional. Em 2023, o sucesso se manteve. Registramos uma arrecadação recorde de R\$ 6,02 bilhões com a comercialização das parcelas de petróleo e gás natural da União, o que representa um aumento de 28% em comparação com o registrado em 2022 (R\$ 4,71 bilhões). Operacionalmente, somos uma empresa pequena, com uma estrutura de custos enxuta e rigor na gestão dos recursos financeiros. Como resultado, encerramos o exercício com lucro de R\$ 34 milhões e R\$ 181,6 milhões em caixa.

A próxima década será de crescimento e, por isso, começamos a trabalhar em 2023 para preparar a empresa para o novo cenário. Em dez anos, a produção acumulada da União foi de 41 milhões de barris de petróleo. Segundo nossos estudos, nos próximos dez anos, a produção total da União somará cerca de 1,3 bilhão de barris de petróleo, o que irá gerar uma arrecadação de aproximadamente R\$ 466 bilhões para os cofres públicos, já incluindo a comercialização do gás natural. Certamente, o crescimento nos exigirá um novo modelo de atuação. Estamos estruturando um concurso público para ampliar nossa força de trabalho e estabelecer um quadro permanente para garantir que estejamos prontos para este futuro promissor que vivenciaremos.

Em paralelo, trabalhamos em novas estratégias para imprimir uma gestão cada vez mais eficiente e estamos estudando novos modelos para a comercialização do petróleo e gás natural da União, a fim de garantir que os recursos sejam maximizados para a sociedade brasileira.

Não poderíamos deixar de fora de nosso radar um olhar para o cenário de exploração e produção no polígono do pré-sal. Pautamos uma diretriz em nosso Plano Estratégico 2024-2028 voltada ao estudo de alternativas para aumentar a atratividade dos contratos de partilha.

Da mesma forma, é necessário um olhar permanente à transição energética, outro tema incluído em nosso Plano Estratégico para o próximo quinquênio. O petróleo do pré-sal possui baixa intensidade de carbono, o que pode nos diferenciar no mercado internacional, que ainda tende a demandar combustíveis fósseis. Hoje já estão em curso diversas iniciativas para a descarbonização do setor e, como gestores, vamos acompanhar de perto cada uma delas e estimular o uso de tecnologias que levem a uma produção cada vez mais limpa.

Tenho orgulho dos resultados da empresa até aqui. Temos um compromisso com a inovação, com a geração de riqueza, com o desenvolvimento sustentável e com o Brasil. Sempre pautados pela ética, pela integridade, pelo conhecimento compartilhado e pela parceria. Em 2023, tivemos a oportunidade de mostrar um pouco do nosso trabalho em uma exposição temporária chamada “O Pré-sal e a Sociedade – 10 anos do Regime de Partilha no Brasil”, realizada em parceria com o Museu de Ciências da Terra, o Serviço Geológico do Brasil e o Ministério de Minas e Energia (MME). Foi uma alegria enorme contar a nossa história e saber que mais de 7.500 pessoas visitaram a mostra.

Agradeço a dedicação e empenho de todo o nosso corpo técnico. Agradeço também o comprometimento e parceria da Diretoria Executiva, dos Conselheiros e Membros dos Comitês de Assessoramento por terem dado a sua estimada contribuição para cumprirmos, no desempenho de todas as atividades, a nossa missão de maximizar os resultados econômicos da União e gerar benefícios à sociedade. Por fim, agradeço ao Ministério de Minas e Energia pela confiança e total atenção à PPSA.

1. Identificação Geral da Pré-Sal Petróleo

Em conformidade com o art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303/2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2023.

Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. (Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA)

CNPJ: 18.738.727/0001-36.

NIRE: 53 5 0000531-5.

Sede: Brasília.

Escritório central: Rio de Janeiro, onde se concentram as operações da empresa.

Tipo societário: sociedade anônima.

Acionista controlador: União.

Tipo de capital: fechado.

Abrangência de atuação: território nacional.

Sector de atuação: petróleo e gás natural.

Diretor de Administração, Finanças e Comercialização:

Samir Passos Awad – CPF: *****53.157**

Auditor independente:

Russell Bedford GM

Auditores independentes s/s

2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

Roger Maciel de Oliveira

Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP

Sócio Responsável Técnico

e-mail: roger@russellbedford.com.br;

Eser Helmut Amorim

Contador CRC 1SP 307.736/O-5

e-mail: eser@russellbedford.com.br;

Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa:

Arthur Cerqueira Valério - CPF - *****66.018**

Roberto Seara Machado Pojo Rego - CPF - *****64.721**

Ana Paula de Magalhães de Albuquerque Lima - CPF - *****34.741**

Guilherme Santos Mello - CPF - *****91.898**

Valder Ribeiro de Moura - CPF - *****93.102**

Micheline Xavier Faustino - CPF - *****48.376**

Diretores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa:

Samir Passos Awad, Diretor de Administração, Controle e Finanças - CPF: *****53.157**

Evamar dos Santos - CPF - *****29.016**

Tabita Loureiro - CPF - *****03.287**

Data de aprovação pelo Conselho de Administração: 24/05/2024

Rol de responsáveis 2023: https://www.presalpetroleo.gov.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/exercicio_2023/rol-de-responsaveis/

Nota: a presente carta utiliza como base o modelo proposto pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), elaborado em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a Secretaria Executiva/ME, a Bovespa e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Composição acionária

A Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) teve sua criação autorizada em 2 de agosto de 2010, por meio da Lei nº 12.304/2010. O Decreto nº 8.063, de 1º de agosto de 2013, criou a empresa, aprovando a primeira versão de seu Estatuto Social e estabelecendo o capital social inicial de R\$ 50 milhões. Em 12 de novembro de 2013, ocorreu a Assembleia-Geral de constituição da companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de agosto de 2021, decidiu-se pelo aumento do capital social por meio da capitalização de parte das reservas de lucros referentes a recursos já investidos na companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Tal capitalização montou ao valor de R\$ 43.333.141,38, passando o capital social da companhia de R\$ 50.000.000,00 para R\$ 93.333.141,38, representado por 50.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social é 100% da União, já que a Pré-Sal Petróleo é uma empresa pública, não dependente, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

2. Políticas públicas

2.1 – Interesse público subjacente às atividades empresariais

O marco regulatório da exploração e produção de petróleo e gás natural, no contexto geológico do pré-sal brasileiro, é sustentado por três leis:

- ✓ Lei nº 12.351/2010, que implantou o regime jurídico fiscal da partilha de produção no Brasil.
- ✓ Lei nº 12.276/2010, a qual autorizou a União a ceder, onerosamente, à Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), com dispensa de licitação, o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo e gás natural em áreas não contratadas localizadas no polígono do pré-sal.
- ✓ Lei nº 12.304/2010, que autorizou a criação da PPSA, estipulou o seu objeto social e fixou suas competências. Assim, todos os contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural no polígono do pré-sal celebrados em regime de partilha de produção têm a PPSA como gestora. A PPSA é uma sociedade anônima, vinculada ao MME, com prazo de duração indeterminado. A integralidade de seu capital social pertence à União, o que a caracteriza como empresa pública, além de ser submetida ao regime jurídico próprio das empresas privadas (art. 3º da Lei nº 12.304/2010), inclusive no que diz respeito aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias.

O art. 1º da Lei nº 9.478/1997, por outro lado, estipula que as políticas nacionais para o aproveitamento racional das fontes de energia no Brasil visarão aos objetivos listados em seus 18 incisos. Entre eles, destacamos: a preservação do interesse nacional, a promoção do desenvolvimento e valorização dos recursos energéticos pátrios, a proteção ao meio ambiente e à conservação de energia, a garantia do fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional, o incremento (em bases econômicas) da utilização do gás natural, a promoção da livre concorrência e a ampliação da competitividade do Brasil no mercado internacional.

A empresa também é regida pela Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O Decreto nº 8.495/2016 regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303/2016.

O interesse público que justifica a existência da PPSA consta do seu objeto social previsto no art. 5º do Estatuto Social e consiste, de forma ampla, na gestão dos contratos de partilha de produção (CPPs) no Brasil, reforçada pelo § 2º do mesmo artigo, e na gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União. Já a finalidade da companhia, estampada no § 1º do mesmo artigo, é a maximização do resultado econômico dos contratos de partilha de produção e de comercialização de petróleo e gás natural.

Assim, a gestão dos contratos de partilha de produção e a gestão da comercialização do petróleo e do gás natural da União representam a função social da PPSA. De forma mais abrangente, estende-se não apenas a essas, como também à representação da União nos procedimentos de individualização da produção, envolvendo áreas não contratadas internas ao polígono do pré-sal ou áreas estratégicas.

Em 2023, a PPSA não assumiu nenhuma obrigação adicional atinente ao interesse público.

A ilustração abaixo apresenta as frentes de atuação da companhia:



Atualmente, a PPSA atua em:

- 23 contratos de Partilha de Produção (serão 24 com a assinatura de Tupinambá), como gestora;
- 10 Acordos de Individualização da Produção e quatro Acordos de Coparticipação, como representante da União ou Interveniente Anuente; e
- 10 contratos de comercialização de compra e venda de Petróleo e Gás Natural.

A companhia tem como missão maximizar os resultados econômicos para a União em todas as suas atividades.



2.2 – Políticas públicas

Em sua atuação, a PPSA exerce atividades que se aproximam muito às típicas de Estado, nos termos da legislação conforme abaixo.

Gestão dos contratos de partilha de produção

A Lei nº 12.351/2010 estipula, no caput de seu art. 8º, que a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia (MME), celebrará os contratos de partilha de produção, cuja gestão (§ 1º) cabe à PPSA.

A companhia deve constituir consórcio com os vencedores dos certames licitatórios, visando à exploração e produção em regime de partilha de produção (art. 20 da Lei nº 12.351/2010), bem como representar os interesses da União nos comitês operacionais (art. 21 da Lei nº 12.351/2010), indicando, inclusive, seu presidente, tendo para tanto 50% dos votos (§ 1º do art. 23 da Lei nº 12.351/2010). A PPSA tem poder de veto e voto de qualidade nos mencionados comitês operacionais (art. 25 da Lei nº 12.351/2010).

Em relação aos contratos de partilha de produção, a PPSA deve praticar todos os atos necessários à sua gestão. As alíneas do inciso I do art. 4º da Lei nº 12.304/2010 especificam alguns desses atos, quais sejam:

- ✓ a representação da União nos consórcios formados para a execução de tais contratos e a defesa dos interesses da União nos Comitês Operacionais;
- ✓ a avaliação técnica e econômica dos planos de exploração e produção de petróleo e gás natural;
- ✓ a exigência do cumprimento dos requisitos contratuais de conteúdo local;
- ✓ o monitoramento e auditoria da execução dos projetos de exploração e produção de petróleo e gás natural;
- ✓ o monitoramento e a auditoria dos custos e investimentos relacionados aos contratos de partilha de produção; e
- ✓ o fornecimento, à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), de informações necessárias ao cumprimento de suas funções regulatórias.

Representação da União nos acordos de individualização da produção

Incumbe igualmente à estatal representar a União nos procedimentos de individualização da produção e nos acordos deles decorrentes, quando as jazidas compartilhadas se estendam para áreas não contratadas no interior do polígono do pré-sal, conforme dispõe o *caput* do art. 36 da Lei nº 12.351/2010, o inciso IV do art. 4º da Lei nº 12.304/2010 e o inciso IV do art. 2º da Lei nº 12.858/2013. Ademais, a PPSA também representa a União nos acordos de coparticipação envolvendo os volumes excedentes da cessão onerosa.

Comercialização de petróleo e gás natural

A PPSA deve, igualmente, praticar todos os atos necessários à comercialização do petróleo e do gás natural aos quais faz jus a União nos contratos de partilha de produção e nos acordos de individualização da produção, consoante o inciso II do art. 4º da Lei nº 12.304/2010. Em especial, a companhia deve, representando a União, celebrar os contratos com agentes comercializadores ou comercializá-los diretamente, preferencialmente por leilão.

Caso a opção seja pela interveniência de um agente comercializador, a PPSA deve não apenas cumprir, mas também fazer com que o agente comercializador cumpra a Política de Comercialização do Petróleo e do Gás Natural da União (Resolução CNPE nº 15/2018), prevista pelos incisos VI e VII do art. 9º da Lei nº 12.351/2010. Cabe-lhe, ainda, monitorar e auditar as operações, custos e preços de venda do petróleo e do gás natural da União praticados pelo agente comercializador.

Por fim, como atribuição relativa à gestão dos contratos para a comercialização dos hidrocarbonetos da União, a PPSA também pode, representando a União, celebrar contratos de refino e beneficiamento do petróleo e do gás natural da União. Nesse sentido, na primeira reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) de 2023, realizada em março, foi estabelecido que a PPSA deveria realizar estudos sobre a viabilidade técnica e econômica de mecanismos para priorizar o abastecimento nacional de combustíveis derivados do petróleo. Em abril, foi publicado no Diário Oficial da União, a aprovação da Resolução CNPE nº 2/2023 pela Presidência da República.

Objetivos exclusivos

Constata-se, assim, que os objetivos da PPSA para a consecução dessas políticas públicas são exclusivos, pois apenas à Pré-Sal Petróleo S.A. foram legalmente conferidos, e imprescindíveis, pois sua não execução inviabilizaria o regime de partilha de produção no Brasil, não apenas pela ausência da empresa encarregada de gerir os contratos, como, também, pela impossibilidade de comercializar os hidrocarbonetos aos quais a União faz jus.

Maximização de resultados

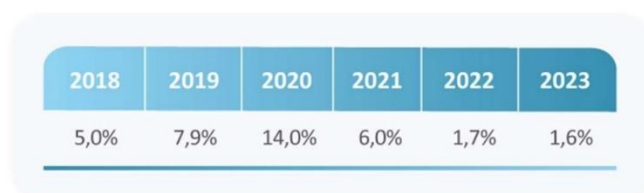
O Decreto nº 8.063/2013 criou a PPSA e aprovou a primeira versão de seu Estatuto Social, o qual previu, no §1º de seu art. 5º, como uma das finalidades da empresa desde seus primórdios, a maximização do “resultado econômico dos contratos de partilha de produção e de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União”, redação mantida na versão mais recente do Estatuto Social.

A representação da União desempenhada pela PPSA é feita em seu próprio nome (da PPSA), com os ônus e bônus inerentes a tal condição. Ao representar a União, a PPSA atua com autonomia (administrativa, financeira, orçamentária), de maneira a executar suas atribuições legais com presteza e eficiência visando à consecução de seu objeto e ao atingimento de sua finalidade de maximizar os resultados econômicos da União.

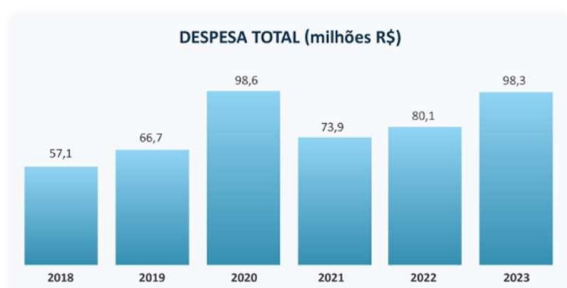
O indicador “Arrecadação para a União/ Despesa Total” mostra quanto a PPSA gerou para a União em relação à sua despesa, de 2018 a 2023.



% da Despesa Total da PPSA em relação à arrecadação para a União



Os gráficos a seguir mostram o custo decrescente de transação da PPSA – Despesas divididas pelo volume de óleo comercializado.



Custo de Transação da PPSA (R\$ por barril)

Destinação de receitas

A receita advinda da comercialização do petróleo e do gás natural da União é enviada diretamente ao Tesouro Nacional, que é o responsável por lhe dar a adequada destinação legal.

Nesse sentido, importante destacar que, além dos demais temas tratados pela Lei nº 12.351/2010, como já evidenciado acima, ela também estipula a criação do Fundo Social. Esse fundo é de natureza contábil e financeira, vinculado à Presidência da República, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza.

O art. 49 da referida Lei estabelece os recursos que compõem o referido fundo, entre eles a “receita advinda da comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, conforme definido em lei”. Ademais, foi ainda fixado:

“Art. 45. O petróleo, o gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos destinados à União serão comercializados de acordo com as normas do direito privado, dispensada a licitação, segundo a política de comercialização referida nos incisos VI e VII do art. 9º.

Parágrafo único. A empresa pública de que trata o § 1º do art. 8º, representando a União, poderá contratar diretamente a Petrobras, dispensada a licitação, como agente comercializador do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos referidos no caput.

Art. 46. A receita advinda da comercialização referida no art. 45 será destinada ao Fundo Social, conforme dispõem os arts. 47 a 60.”

Contribuição com o Ministério de Minas e Energia

A companhia é profunda conhecedora do regime de partilha de produção no país e das características geológicas, do desenvolvimento e da produção do pré-sal, com expertise para contribuir com o governo na formulação de políticas públicas para o segmento de petróleo e gás natural. Essa contribuição se dá em diferentes temas, a exemplo das questões relativas à política de comercialização do petróleo e do gás natural da União, das discussões acerca dos volumes excedentes da cessão onerosa e da modelagem para sua produção, da melhoria das disposições dos contratos de partilha de produção ao longo das sucessivas rodadas de licitação em regime de partilha de produção, e do debate sobre o aproveitamento econômico do gás natural do pré-sal brasileiro.

Com uma equipe jurídica altamente qualificada e especializada em Direito do Petróleo, a PPSA também acompanha e colabora, desde 2013, com a evolução regulatória dos contratos de partilha de produção. Ademais, o instituto da evolução regulatória vem sendo empregado para padronizar os contratos, incorporando regras mais consentâneas em razão da experiência adquirida ao longo do tempo, em benefício dos consórcios quando por eles requerida.

No início de 2023, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) criou o Grupo de Trabalho do Programa Gás para Empregar (GT-GE), para a elaboração de estudos visando à promoção do melhor

aproveitamento do gás natural produzido no Brasil. A garantia de suprimento de gás natural e a competitividade dos preços são determinantes nas decisões de investimentos de diversos setores.

O GT-GE criou cinco comitês temáticos responsáveis por avaliar aspectos específicos da cadeia do gás natural, possibilitando uma atuação ampla e abrangente. A equipe técnica da PPSA participou de todos os grupos e coordenou o Comitê 3, que teve como objetivo estudar o modelo de comercialização do gás natural da União, com o objetivo de aumentar a oferta de gás natural da União no mercado doméstico.

SAIBA MAIS: Todo o arcabouço legal que regula a empresa e o setor de óleo e gás natural está disponibilizado no site na Biblioteca Interativa (<https://www.presalpetroleo.gov.br/paineis-interativos/biblioteca-interativa/>), um painel dinâmico com mais de 120 leis, decretos, acordos, resoluções, portarias e contratos do setor.

2.3 – Metas em relação ao desenvolvimento da atividade

As metas da administração pública federal para viabilizar a implementação e a gestão de políticas públicas são definidas no Plano Plurianual (PPA). A PPSA participa do Programa de Orçamento de Investimento (OI). Este programa é composto por três ações:

- Manutenção e Adequação de Bens imóveis;
- Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos;
- Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.

Além do programa de Orçamento de Investimento (OI), a Pré-Sal Petróleo participa do Programa de Dispendios Globais (PDG), o qual define os resultados e metas que as estatais deverão gerar para o próximo ano.

A gestão de todos os programas é realizada pela Gerência de Controle e Finanças, subordinada à Diretoria de Administração, Finanças e Comercialização.

O quadro abaixo ilustra o orçamento de investimento da companhia (orçado e realizado) para os anos de 2013 a 2023.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023	
R\$ MILHÕES	OI	Real	OI	Real	OI	Real	OI	Real	OI	Real	OI	Real	OI	Real	OI	Real	OI	Real	OI	Real	OI	Real
Dispendio de Capital	-	-	5,52	0,38	14,1	5,27	19,19	1,01	10,28	0,42	36,53	0,74	13,15	4,51	2,75	1,16	0,514	0	2,55	0,1835	2,733	0
Ação 4101 - Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	3,67	-	2,72	0,1	3,5	3,41	0,03	0	0	0	0	0	0	0
Ação 4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos.	-	-	0,36	-	9,42	2,25	4,37	0,23	2,5	-	2,5	-	3,18	0,93	0,74	0,01	0,458	0	0,458	-	0,422	0
Ação 4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.	-	-	5,16	0,38	4,68	3,02	14,83	0,78	4,11	0,42	31,31	0,64	6,46	0,17	1,98	1,15	0,56	0	2,098	0,1385	2,311	0,0235

Fonte: Sistema SIOP

O quadro abaixo ilustra os valores do Programa de Dispêndios Globais (PDG) para os anos de 2013 a 2023 e o orçado para 2024:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024
R\$ MILHÕES	PDG	Real	PDG	Real	PDG	Real	PDG	Real	PDG	Real	PDG	Real	PDG	Real	PDG	Real	PDG	Real	PDG	Real	PDG	Real	PDG
Fontes de Recursos	15,15	15,21	51,23	2,9	148,06	70,37	130,5	51,2	82	40,04	136,34	108,13	199,87	121,31	204,78	181,33	152,96	120,68	105,26	109,43	137,29	150,80	142,23
Receita Operacional	-	-	50	-	112	50,13	93,25	45,06	76,44	36,99	120,16	98,95	191,47	113,17	197,43	171,84	104,3	70,35	102,14	91,06	125,39	129,31	128,28
Receita Não Operacional	0,15	0,21	1,23	0,9	3,06	2,38	5,25	3	2,56	3,05	4,18	3,18	4,8	4,54	4,95	7,09	5,33	6,99	3,12	18,38	11,90	21,50	13,95
Participação da União no Capital	15	15	-	2	33	17,86	15	3,14	3	-	12	6	3,6	3,6	2,4	2,4	43,33	43,33	0	0	0	0	0,00
Uso de Recursos	2,001	0,76	41,62	21,02	119,58	46,36	97,09	42,17	79,91	40,71	122,09	70,48	157,13	94,55	195,12	140,7	104,81	79,95	109,16	87,69	136,28	115,56	145,27
Dispêndio de Capital	-	-	5,52	0,38	22,97	5,27	19,19	1,01	10,28	1,83	36,53	0,74	44,34	16,41	61,92	26,11	11,42	5,1	17,27	4,35	24,14	11,92	22,16
Pessoal de Encargos Sociais	1,64	0,75	18,46	15,88	42,41	21,98	40,05	23,28	36,16	23,08	34,9	28,93	39,78	31,43	45,35	42,94	46,08	44	48,42	44,77	50,68	47,61	59,34
Serviços de Terceiros	0,36	0,01	7,89	3,17	15,95	5,75	18,53	5,73	20,03	7,42	11,89	8,33	16,66	9,88	24,4	13,58	23,31	14,91	24,83	15,87	33,19	15,20	38,18
Materiais e Produtos	-	-	0,04	0,03	0,08	0,02	0,03	0,02	0,02	0,01	0,04	0,02	0,05	0,02	0,06	0,01	0,07	0,02	0,09	0,02	0,29	0,03	0,09
Utilidade e Serviços	-	-	0,3	0,08	0,63	0,21	0,24	0,23	0,31	0,29	0,49	0,48	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0,00
Tributos e Encargos Parafiscais	-	-	7,37	0,34	26,7	10,68	15,83	9,32	9,73	5,29	35,41	30,1	55,46	35,06	55,09	53,22	17,02	10,26	14,84	19,07	24,10	37,77	22,49
Dispesas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,04	0,07	0,65	0,36	3,16	4,71	1,87	2,43	1,06	1,51	0,73
Outros Dispêndios Correntes	-	-	2,05	1,14	10,85	2,45	3,22	2,58	3,38	2,25	2,83	1,88	4,81	1,68	7,66	4,49	3,76	0,96	1,85	1,19	2,82	1,527	2,28

Fonte: Sistema SIOP

Plano Estratégico 2024-2028

Outro instrumento que direciona as atividades da companhia é o Plano Estratégico 2024-2028. Para compor o Plano, o cenário projetado pela PPSA considera, entre outras iniciativas, o aumento no número de contratos de partilha nos próximos anos, o incremento significativo da produção e o consequente crescimento das atividades de comercialização do petróleo e gás natural da União e o desempenho de um novo papel no mercado de gás natural. Também fazem parte desta análise os movimentos em direção à transição energética e as discussões acerca da atratividade do Polígono do Pré-Sal.

Para atendimento a todas as demandas, o Plano prevê, entre outros temas, a realização de processo seletivo público para formação de quadro permanente, e a avaliação de novos modelos de comercialização para os hidrocarbonetos da União. O trabalho estabelece quatro diretrizes estratégicas e 11 objetivos para o ciclo 2024-2028. A estimativa é de resultados robustos já em 2024, com crescimento superior a 30% no volume de cargas comercializadas para a União.

CENÁRIO VISLUMBRADO PARA O HORIZONTE

2024-2028

Realização de novas ofertas de partilha.

Comercialização crescente de petróleo e gás da União ao longo dos próximos anos.

Crescimento da empresa (recursos humanos e tecnológicos, com segurança cibernética e compliance).

Importância da sustentabilidade financeira de longo prazo.

Processo seletivo público para formação de quadro permanente.

Reestruturação do quadro de pessoal.

Contribuição para o Programa Gás para Empregar e Estudos sobre viabilidade de atividades relacionadas ao refino.

Gestão do conhecimento para a perpetuidade das competências técnicas e gerenciais.

Melhoria contínua da transparência, da governança, da comunicação.

Simplificação e eficiência dos processos.

Aderência às melhores práticas ESG.

Transição energética e descarbonização.

Estudos para aumento da atratividade do pré-sal.



METAS GERAIS DA EMPRESA PARA 2024

Receita para União - Meta de R\$ 7,82 bilhões: **+ 30% em relação a 2023**Comercialização de óleo e gás – metas de 21,8 MMbbl e 59,84 m³ de gás: **+34% (óleo) e +32% (gás) em relação a 2023****1ª DIRETRIZ ESTRATÉGICA**Aumentar a atratividade do
Polígono do Pré-Sal

META

Aumentar as atividades exploratórias no polígono do pré-sal e fomentar a realização de novas ofertas de partilha.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Identificar ações e construções regulatórias necessárias para aumentar a atratividade das áreas/descobertas do Polígono do Pré-Sal.
- Buscar áreas com potencial no Polígono do Pré-Sal.

2ª DIRETRIZ ESTRATÉGICAAprimorar o processo de
comercialização de petróleo e gás

META

Aprimorar modelos para a comercialização de petróleo e gás natural, de forma a garantir os melhores resultados para a União.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Aprimorar o processo de comercialização de petróleo e gás da União, incorporando as diretrizes do Programa Gás para Empregar, bem como do estudo sobre a viabilidade técnica e econômica de mecanismos para priorizar o abastecimento nacional de combustíveis derivados de petróleo.
- Definir o melhor modelo de comercialização de petróleo para a União no curto e no longo prazo.
- Definir o melhor modelo de comercialização de gás para a União.

3ª DIRETRIZ ESTRATÉGICAConsolidar a
estruturação da empresa

META

Adequar a empresa em termos de recursos humanos, tecnológicos e financeiros para atender ao crescimento de suas atividades; ampliar a comunicação da empresa junto aos públicos de interesse e implantar a gestão do conhecimento de forma a garantir a manutenção das capacidades técnicas e gerenciais da empresa.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Adequar o quadro de recursos humanos.
- Implantar a Transformação Digital.
- Ampliar a Comunicação da empresa junto aos públicos de interesse.
- Garantir a sustentabilidade financeira de longo prazo.
- Preservar as competências técnicas e gerenciais através da gestão do conhecimento.

4ª DIRETRIZ ESTRATÉGICAFomentar ações de
descarbonização nos consórcios

META

Aumentar o conhecimento a respeito de tecnologias, iniciativas e medições relacionadas à descarbonização no pré-sal.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

- Incentivar ações de descarbonização nos contratos de partilha de produção ao longo da curva de produção.

Plano Anual de Negócios

O Plano Anual de Negócios (PAN) estabelece as metas de curto prazo e serve de insumo para a elaboração do Programa de Dispendios Globais (PDG) e para o Programa de Dispendios de Tecnologia da Informação (PDTI), identificando a necessidade de investimentos em pessoal, software, hardware e infraestrutura para o ano seguinte.

O PAN 2024 contemplou as diretrizes do Plano Estratégico 2024-2028, e as iniciativas estratégicas em andamento, além dos cronogramas de investimentos e contratações e do portfólio de contratos em regime de partilha de produção.

O trabalho concluiu que, para cumprimento das atribuições legais da empresa, é de extrema relevância que haja contratação de pessoal e investimentos em recursos tecnológicos e infraestrutura. A sugestão é que seja realizada a contratação de até 15 cargos comissionados de livre provimento e realização de processo seletivo público.

Foram estabelecidas as seguintes metas para 2024:

INDICADOR	SINAL*	META 2024
Despesa total da PPSA (milhões R\$) / Volume de óleo comercializado (milhões bbl)	-	6,37
Receita para a União (milhões R\$)	+	7.819
Volume de óleo da União comercializado (milhões bbl)	+	21,75
Atendimento de ballots e AFEs no prazo	+	94%
Índice de Realização do Planejamento Estratégico corporativo	+	94%

*O sinal será positivo (+) quando o indicador for do tipo “maior-melhor” e negativo (-) caso contrário.

2.4 – Recursos para custeio

Os recursos para custeio das atribuições legais da PPSA advêm do Contrato de Remuneração com o Ministério de Minas e Energia (MME). Esse contrato prevê a remuneração dos serviços prestados à União na gestão dos contratos de partilha de produção, na representação da União nos procedimentos de individualização da produção de petróleo e gás natural, e nos acordos decorrentes da gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União previstos em lei. Como condição para o faturamento, a PPSA elabora o Relatório Mensal de Remuneração com todas as informações sobre os contratos sob sua gestão, até o quinto dia útil do mês subsequente, para que o MME efetue a conferência e libere o aceite dos serviços.

O primeiro Contrato de Remuneração foi assinado em 30 de novembro de 2015, tendo sido aditado para inclusão do CNPJ do escritório central no Rio de Janeiro e, após, para estender a vigência até 30 de junho de 2021. Nesse contrato, a remuneração pela gestão e pela representação da União era proporcional ao número de contratos, à dimensão dos blocos, à quantidade de módulos da etapa de desenvolvimento e à vazão de fluidos produzidos, de acordo com as fases e as etapas de cada um deles. Tratativas foram feitas com o MME, desde o último trimestre de 2019, quando a PPSA pleiteou a aplicação dos índices de reajuste nas medições do contrato de remuneração durante toda a vigência do contrato.

Com o aceite do MME, as medições efetuadas a partir de dezembro de 2019 foram devidamente reajustadas e quitadas em 2020. Ao final do segundo trimestre de 2021, foram concluídas as negociações do novo contrato de remuneração, assinado em julho de 2021 com duração de seis meses. Em dezembro de 2021, o novo contrato foi assinado, com prazo de vigência até dezembro de

2022. Em agosto de 2022, foi assinado um aditivo do contrato de remuneração com o MME com prazo de vigência estendido até junho de 2023.

O segundo aditivo do contrato de remuneração com o MME foi assinado em 22 de junho de 2023, com a inclusão dos quatro novos contratos de partilha de produção, fruto do primeiro leilão da oferta permanente realizado em dezembro de 2022. Esse aditivo prorrogou o prazo do contrato por 12 meses, estendendo a sua vigência até 30 de junho de 2024.

2.5 – Impactos econômicos das políticas públicas

A PPSA manteve ao longo do ano uma estrutura enxuta de custos e rigor na gestão dos recursos financeiros. A receita bruta de serviços pela gestão de contratos e pela representação da União totalizou R\$ 90,9 milhões, gerando R\$ 13 milhões em impostos diretos: PIS, COFINS e ISS. Nesse período, a PPSA acumulou R\$ 20 milhões em receitas de aplicações financeiras, contribuindo para fechar o exercício com lucro de R\$ 34 milhões. A companhia provisionou R\$ 8,1 milhões de dividendos referentes ao lucro de 2023 e que serão pagos à União em 2024.

A PPSA acumulou R\$ 20 milhões em receitas financeiras líquidas, encerrando o exercício social com R\$ 181,6 milhões em caixa. O capital social, no valor total de R\$ 93,3 milhões e subscrito pelo acionista controlador, encontra-se 100% integralizado.

Custos e despesas

Do Programa de Dispendios Globais (PDG) de 2023, aprovado pelo Decreto nº 11.288/2022, foram realizadas 110% das fontes de recursos planejadas, perfazendo mais de R\$ 150,8 milhões. Desse total, 86% são receitas operacionais; e 14%, receitas não operacionais.



No que tange ao uso de recursos, foram realizados 85% do planejados, perfazendo R\$ 115,6 milhões. Desse total, 33% correspondem a tributos e encargos parafiscais; 41%, a despesas com pessoal e encargos sociais; 10%, correlatos a dispêndios de capital; e 13%, a despesas com serviços de terceiros.

Outros 3% respondem pelas rubricas de outros dispêndios correntes, utilidades e serviços, e materiais e produtos.



Receitas para a União

A PPSA arrecadou R\$ 4,71 bilhões para a União em 2022 e R\$ 6,02 bilhões em 2023, correspondentes à comercialização de petróleo e gás da União, sob gestão da companhia. O resultado da comercialização, quando comparado ao de 2022, representa um aumento de 27,6%.

Todos os recursos arrecadados pela PPSA são destinados ao Tesouro Nacional e beneficiam toda a sociedade brasileira, por meio de investimentos em políticas públicas, voltadas principalmente para investimentos em saúde e educação.

2.6 – Comentário dos administradores

“Em 2023, a PPSA realizou plenamente as suas atribuições legais na gestão dos contratos de partilha de produção, na representação da União nos acordos de individualização da produção e na gestão da comercialização dos hidrocarbonetos da União, gerando uma arrecadação recorde para a União.

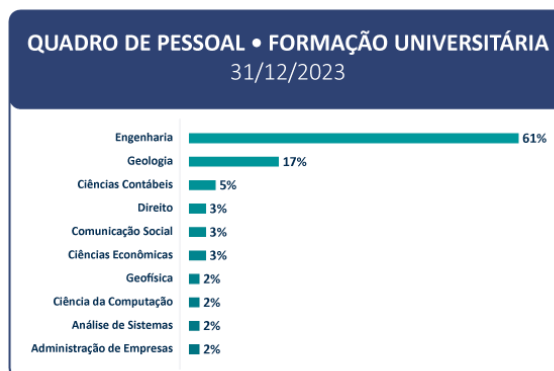
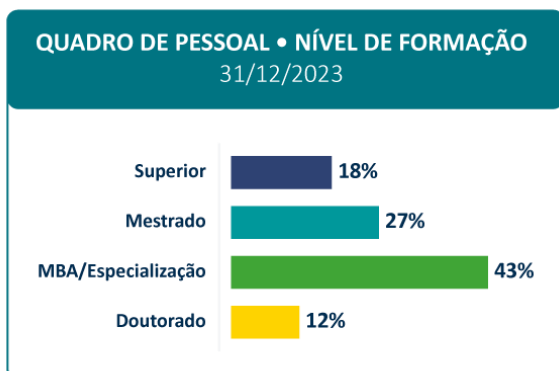
Ademais, aprovamos o Relatório de Resultados do Planejamento Estratégico 23-27, que teve índice de realização de 95%, e concluímos que o Planejamento cumpriu com seu objetivo de permitir que a PPSA caminhasse na direção do atingimento de sua Missão e Visão Estratégica.”

3. Governança corporativa

3.1 – Estrutura e atividades realizadas pela empresa

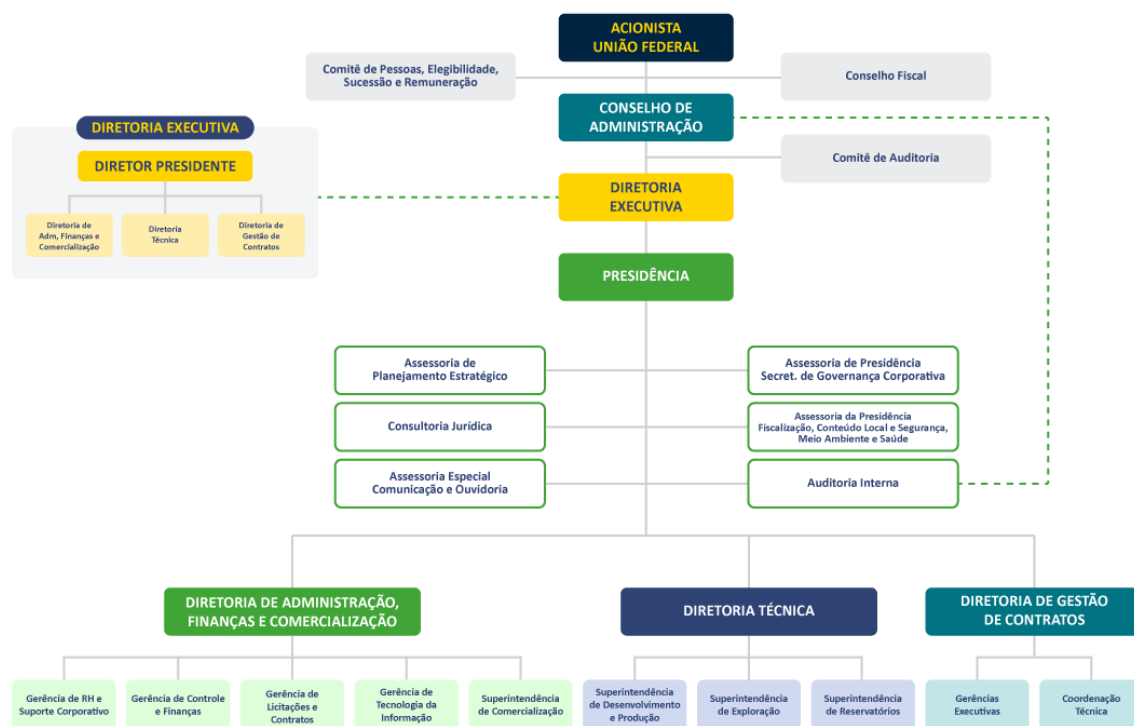
Ao final de 2023, a PPSA contava com três diretores e 61 empregados ocupantes de cargos em comissão de livre provimento, sendo que o limite autorizado para o quadro de pessoal é de 163 empregados (entre empregados de livre provimento e empregados efetivos).

A equipe é altamente qualificada, formada por profissionais com sólida experiência na indústria de óleo e gás. Dos 61 empregados, 43% deles estão lotados na área técnica, sendo 78% engenheiros e geólogos. Quase a metade dos 61 empregados possui especialização e mais de um terço são mestres ou doutores.



O Plano Estratégico 2024-2028 prevê a realização de concurso público para a formação do quadro de pessoal permanente da empresa. Como parte das etapas para a realização do concurso, ao longo de 2023, a PPSA apresentou à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) a nova proposta de Plano de Cargos e Salários (PCS), visando atualizar os níveis salariais aprovados anteriormente pela Secretaria e proceder outros ajustes considerados importantes para a atração e posterior retenção de empregados efetivos mais bem qualificados para o cumprimento das atribuições legais da PPSA. Tão logo seja aprovado, será dado continuidade à realização do processo.

A expectativa é de que os aprovados no concurso público ingressem na empresa em 2025 já para atender ao esperado crescimento de atividades previsto para os próximos anos.



Com um corpo técnico experiente e qualificado, contribui ativamente para as discussões do setor e para a formulação de políticas públicas, dando suporte técnico ao MME nas temáticas da indústria de óleo e gás natural.

A companhia chegou a sua primeira década, em novembro de 2023, com a marca de mais de R\$ 14 bilhões arrecadados para a União. Ao longo dessa trajetória, já foram comercializados mais de 36 milhões de barris de petróleo e 224 milhões de metros cúbicos de gás natural em nome da União. Nesses dez anos, a companhia também assinou dez acordos de individualização da produção, garantindo ao Estado brasileiro maior participação no pré-sal. Para os próximos anos, espera-se uma participação ainda maior da União na produção e exploração de petróleo e gás natural. Atualmente, os contratos de partilha de produção representam cerca de um quarto da produção nacional, totalizando cerca de um milhão de barris produzidos por dia.

Para celebrar a primeira década, a PPSA criou um selo comemorativo, realizou seu Fórum Técnico voltado para os 10 anos e promoveu a exposição “O Pré-Sal e a Sociedade – 10 anos do regime de partilha no Brasil”, em parceria com o Museu de Ciências da Terra, o Serviço Geológico do Brasil e o Ministério de Minas e Energia.

Gestão dos contratos de partilha de produção

CONTRATOS EM REGIME DE PARTILHA DE PRODUÇÃO



*Inclui resultados dos acordos de individualização da produção.

Em 2023, a PPSA fez a gestão de 23 contratos de partilha de produção em vigor na área do Polígono do Pré-Sal, sendo oito em produção, um em desenvolvimento, dez em exploração e quatro em processo de devolução. Todos os contratos de partilha de produção estão situados no polígono do pré-sal. Atualmente, 15 empresas atuam em regime de partilha de produção, sendo cinco delas operadoras: Petrobras, Shell, BP, ExxonMobil e Equinor.

Ao final de 2023, a ANP realizou o 2º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha, por meio do qual o bloco de Tupinambá foi arrematado pela empresa BP Energy. O contrato correspondente será assinado no primeiro semestre de 2024 e estará sob gestão da PPSA.

A tabela ilustra as rodadas e os consórcios que atuam em regime de partilha de produção.

RODADA	CONTRATO	OPERADOR	ASSINATURA	EXCEDENTE EM ÓLEO PARA A UNIÃO	BÔNUS
RODADA 01	Libra	Petrobras	Dezembro/2013	41,65%	R\$ 15 bi
RODADA 02	Entorno de Sapinhoá Norte de Carcará Sul de Gato do Mato	Petrobras Equinor Shell	Janeiro/2018 Janeiro/2018 Janeiro/2018	80,00% 67,12% 11,53%	R\$ 3,3 bi
RODADA 03	Alto de Cabo Frio Central Alto de Cabo Frio Oeste Peroba	Petrobras Shell Petrobras	Janeiro/2018 Janeiro/2018 Janeiro/2018	75,86% 22,87% 76,96%	R\$ 2,8 bi
RODADA 04	Dois Irmãos Três Marias Uirapuru	Petrobras Petrobras Petrobras	Dezembro/2018 Dezembro/2018 Dezembro/2018	16,43% 49,95% 75,49%	R\$ 3,1 bi
RODADA 05	Saturno Pau Brasil Titã Sudoeste de Tartaruga Verde	Shell BP Exxon Mobil Petrobras	Dezembro/2018 Dezembro/2018 Dezembro/2018 Dezembro/2018	70,20% 63,79% 23,49% 10,01%	R\$ 6,8 bi
RODADA 06	Aram	Petrobras	Março/2020	29,96%	-
1ª RODADA DOS VOLUMES EXCEDENTES DA CESSÃO ONEROSA	Búzios Itapu	Petrobras Petrobras	Março/2020 Março/2020	23,24% 18,15%	R\$ 69,96 bi
2ª RODADA DOS VOLUMES EXCEDENTES DA CESSÃO ONEROSA	Sépia Atapu	Petrobras Petrobras	Abril/2022 Abril/2022	37,43% 31,68%	R\$ 11,14 bi
1º CICLO DA OFERTA PERMANENTE DE PARTILHA	Água-Marinha Norte de Brava Sudoeste de Sagitário Bumerangue	Petrobras Petrobras Petrobras BP Energy	Mai/2023 Mai/2023 Mai/2023 Junho/2023	42,40% 61,71% 25,00% 5,90%	R\$ 65,44 mi R\$ 511,69 mi R\$ 330,25 mi R\$ 8,86 mi
2º CICLO DA OFERTA PERMANENTE DE PARTILHA	Tupinambá	BP	2024	6,5%	R\$ 7,04 mi

Novas áreas

Em dezembro de 2023, o Conselho Nacional de Política Econômica autorizou, por meio da Resolução CNPE nº 11/2023, mais 11 áreas a serem licitadas no Sistema de Oferta Permanente, sob o regime de partilha de produção. São elas: Itaimbezinho, Ametista, Ágata, Mogno, Jaspe, Amazonita, Safira Leste, Safira Oeste, Citrino, Larimar e Ônix. A Petrobras manifestou interesse pelo direito de preferência para a área de Jaspe. Se arrematadas, os contratos relativos a essas áreas serão geridos pela PPSA.

SAIBA MAIS:

Portfólio dos contratos de partilha de produção: https://www.presalpetroleo.gov.br/wp-content/uploads/2023/09/Ebook-Portfólio-Cards-Relatorios-PPSA-Atualizado2023_08-09-2023.pdf

Produção no pré-sal

A PPSA divulga, mensalmente, desde 2020, um boletim com a produção de petróleo e gás natural dos contratos de partilha de produção, bem como as parcelas destinadas à União. A produção vem, desde então, em uma curva de crescimento, com previsão de alcançar o pico antes do final desta década.

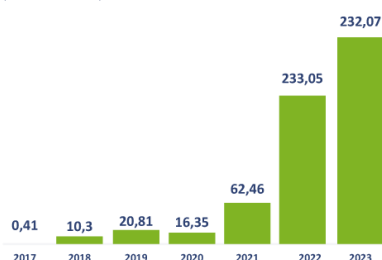
Em 2023, a companhia lançou um painel interativo dedicado exclusivamente a indicadores de produção, que passou a computar também o petróleo e o gás natural que a União tem direito nos acordos de individualização da produção (AIPs) que envolvem áreas não contratadas. Com a ferramenta, qualquer pessoa poderá ter acesso aos dados dos contratos de partilha e dos AIPs e filtrar as informações conforme seu interesse, aumentando assim a possibilidade de análises da produção total no pré-sal e da parcela da União.

Ao longo do ano, três novos navios-plataforma (FPSOs) passaram a atuar no pré-sal: FPSO Sepetiba, em Mero; FPSO Almirante Barroso, em Búzios; e FPSO Anita Garibaldi, na Jazida Compartilhada de Brava. No momento, 22 FPSOs estão em atividade. Para os próximos anos é esperado um crescimento da produção e a chegada de novos navios-plataforma.

A produção dos contratos de partilha é crescente. Em dezembro de 2023, os oito contratos estavam produzindo quase um milhão de barris por dia (992 mil bpd). Ao longo de 2023, os oito contratos de partilha que estão em produção operaram com 15 navios-plataforma, registrando uma produção total de 323,07 milhões de barris e 856 milhões de m³ de gás natural.

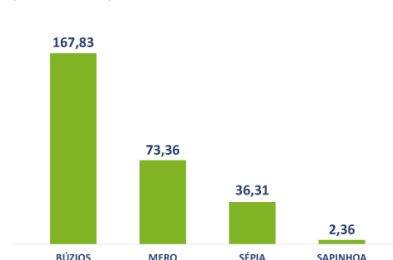
PRODUÇÃO ANUAL TOTAL DE ÓLEO NOS CONTRATOS

(MILHÕES DE BARRIS)



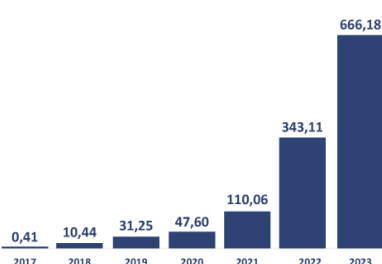
MAIORES PRODUTORES DE PETRÓLEO EM REGIME DE PARTILHA - 2023

(MILHÕES DE BARRIS)



PRODUÇÃO ACUMULADA DE ÓLEO EM REGIME DE PARTILHA

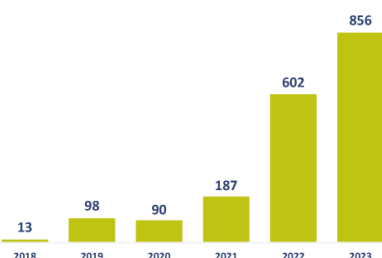
PRODUÇÃO TOTAL DE ÓLEO (MMbbl)



TIPO	CAMPO	ACUMULADO
CPP	Búzios	369.36
CPP	Mero	147.10
CPP	Sepia	60.88
CPP	Atapu	44.16
CPP	Itapu	16.59
CPP	Sapinhoá	14.70
CPP	Tartaruga Verde Sudoeste	13.35
CPP	Espadim	0.04
TOTAL		666.18

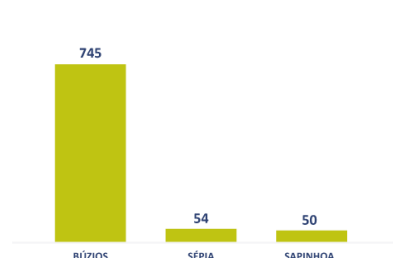
GÁS NATURAL DISPONÍVEL PARA EXPORTAÇÃO NOS CONTRATOS DE PARTILHA EM 2023

(MILHÕES DE M³)



MAIORES PRODUTORES DE GÁS NATURAL EM REGIME DE PARTILHA - 2023

(MILHÕES DE M³)



A União teve direito a 17,08 milhões de barris de petróleo da produção do pré-sal em 2023. O resultado é 57% maior do que o registrado em 2022 (10,9 milhões) e reflete o crescimento da produção no país. Desse volume, 92% são referentes à parcela que a União faz jus em oito contratos de partilha de produção, sendo o campo de Mero o principal responsável por esse resultado, seguido dos campos de Búzios e de Entorno de Sapinhoá. Os 8% restantes são relativos à participação da União nas jazidas compartilhadas de Atapu e Tupi, que envolvem áreas não contratadas e operam com sete navios plataformas.

Desde 2017, a União acumula um total de 41,93 milhões de barris de petróleo produzidos.

No ano passado, a União também teve direito a 45 milhões de m³ de gás natural disponível para a exportação, oriundos de nove campos. O volume foi cerca de 30% inferior ao de 2022. A queda é explicada pela redução no volume de gás da União no Campo de Entorno de Sapinhoá. Embora a produção do campo tenha aumentado, por questões contratuais, a participação da União foi menor. Ainda assim, Entorno de Sapinhoá foi o campo que mais produziu para a União, seguido de Tupi e Búzios.

Desde 2017, a União acumula um total de 241 milhões de m³ de gás natural.

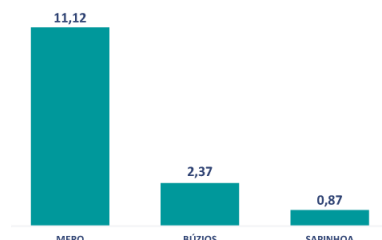
EVOLUÇÃO DA PARCELA ANUAL DE PETRÓLEO DA UNIÃO

(CPP e AIPs - MILHÕES DE BARRIS)



PRINCIPAIS PRODUTORES DE ÓLEO DA UNIÃO EM 2023

(MILHÕES DE BARRIS)



PRODUÇÃO ACUMULADA DE ÓLEO DA UNIÃO

PRODUÇÃO DE ÓLEO DA UNIÃO (MMbbl)



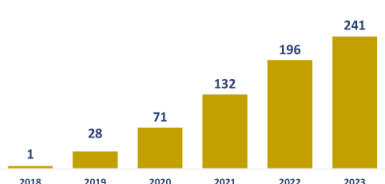
EVOLUÇÃO PARCELA ANUAL DE GÁS NATURAL DA UNIÃO

(CPPs e AIPs - milhões m³)



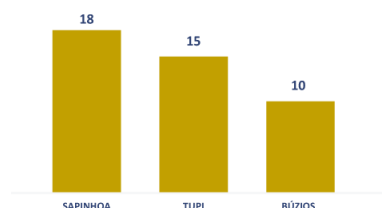
PARCELA ACUMULADA DE GÁS DA UNIÃO

PARCELA DE GÁS DA UNIÃO (MMm³)



PRINCIPAIS PRODUTORES DE GÁS NATURAL DA UNIÃO - 2023

(MILHÕES DE M³)



Outros destaques

Em 2023, foi realizada uma descoberta de nova jazida na área NW do Bloco de Sépia (Pedúnculo de Sépia) e foi declarada a comercialidade do Campo de Espadim (Jazida Compartilhada de Brava) e do Campo de Manjuba (Jazida Compartilhada de Forno), em função da outorga de direitos de exploração e produção para o bloco do Norte de Brava. Nos demais contratos, foi dada continuidade à perfuração de poços, a exemplo de Mero, Bacalhau, Búzios, Aram e Itapu.

Como parte dos esforços para viabilizar o aumento da oferta de gás natural, foi realizada a interligação do FPSO de Sépia com o Sistema de Escoamento de Gás. A iniciativa permitiu que a União passasse a realizar a exportação de seu gás natural em momentos de ociosidade na Rota 2 de Escoamento de Gás. Já em Itapu, foi iniciada a injeção de gás.

Também vale ressaltar as iniciativas realizadas para a implantação de duas novas tecnologias no pré-sal. Foram concluídos os testes para utilização do CTV (Cargo Transfer Vessel) em Mero, com resultados positivos para uso da tecnologia na Bacia de Santos. O CTV reduzirá, no futuro, a utilização de navios de posicionamento dinâmico nos procedimentos de alívio de carga, o que reduzirá os custos da operação. O consórcio de Libra também aprovou a contratação do HI-SEP para instalação submarina conectado ao FPSO de Mero 3. Essa tecnologia permite a separação de óleo e gás com elevado teor de CO₂ em ambiente submarino. Em Búzios, o teste de uso do HI-SEP também foi aprovado.

Em função de resultados de baixa atratividade geológica, quatro blocos estão em processo de devolução. O consórcio de Peroba celebrou o contrato de distrato, enquanto o de Dois Irmãos encaminhou a solicitação de devolução integral do bloco à ANP. Também foi comunicado à ANP a proposta de devolução total do bloco de Três Marias. Já o Comitê Operacional do bloco de Saturno decidiu pela devolução da área.

Aprimoramento na gestão dos contratos

Para fazer a gestão dos contratos, a companhia conta com uma equipe de Gerentes Executivos, que trabalham em conjunto com um escritório interno de projetos, a Consultoria Jurídica e quatro superintendências: Comercialização, Reservatórios, Exploração e Desenvolvimento e Produção. O quadro apresenta as atividades usuais realizadas na gestão dos contratos.

ATIVIDADES USUAIS NA GESTÃO DO CONTRATO

- Avaliação de **Estratégia e Programa Exploratório**.
- Aprovação técnica e econômica do **Plano de Desenvolvimento**.
- Aprovação (**EVTE**) dos **Projetos** em cada Fase do estudo.
- Avaliação crítica de **orçamento e programa de trabalho anual**.
- Garantia de **competitividade em contratações**.
- Monitoramento e auditoria** de Projetos e Custos.
- Acompanhamento do **conteúdo local**.
- Determinação e estimativas da **produção da União**.
- Reconhecimento de custos**.

SAIBA MAIS:

Acesse o e-book: Entendendo o processo de reconhecimento e recuperação dos custos:

https://www.presalpetroleo.gov.br/wp-content/uploads/2022/04/Ebook_PPSA_Reconhecimento-de-Custos_Mod06-04.pdf

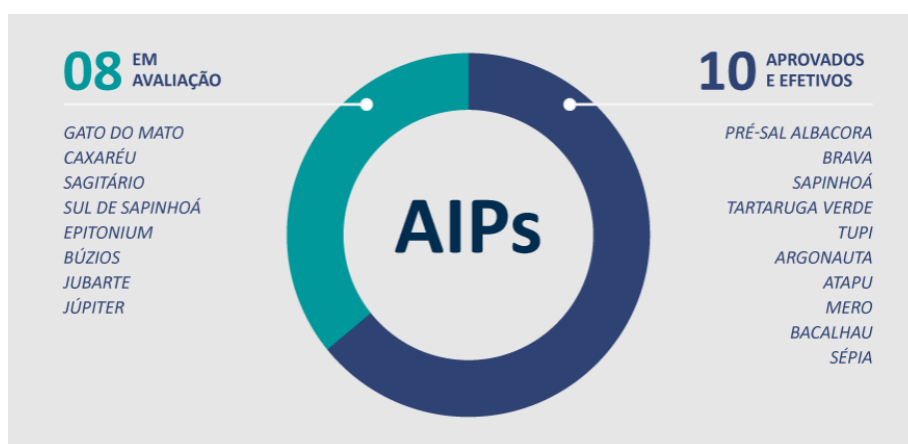
Acordo de Individualização da Produção

Um acordo de individualização da produção (AIP) é iniciado quando se verifica a possibilidade de que o limite de uma jazida petrolífera ultrapasse a área outorgada. Nessas circunstâncias, quando uma área não contratada no polígono do pré-sal ou uma área estratégica está envolvida, é função da PPSA representar a União nesses acordos. A individualização da produção permite que a produção, os custos e o plano de desenvolvimento da jazida sejam compartilhados entre os titulares de direitos sobre as áreas, garantindo a racionalidade da produção e evitando a lavra predatória.

Atualmente, dez acordos de individualização da produção já foram negociados pela PPSA e encontram-se efetivos. Outros oito estão em processo de avaliação. Um deles, o AIP do Pré-Sal de Albacora, negociado desde 2020 entre a Petrobras e a União, tornou-se efetivo logo no primeiro dia de 2023. Meses depois, a área não contratada desse AIP foi incorporada ao contrato de partilha de produção (CPP) de Norte de Brava, arrematada no 1º Ciclo de Oferta Permanente. Hoje, a participação da União nessa área é apurada conforme o percentual de excedente em óleo da União estabelecido no referido contrato.

Ao longo do ano, também foi dado prosseguimento às negociações dos termos e condições do AIP de Jubarte.

A atividade de representação da União nos AIPs requer um acompanhamento constante desses contratos, visto que muitas vezes há necessidade de redeterminação das participações negociadas e da realização de ajustes nos acordos estabelecidos. No ano de 2023, por exemplo, foram negociados procedimentos de redeterminação do AIP de Brava, de Tupi e de Sapinhoá, bem como aditivos aos acordos de gestão dos AIPs de Tupi, de Brava, de Forno, de Bacalhau, de Tartaruga e de Mero, por diferentes motivações.



**SAIBA MAIS:**

Acesse o site para detalhamento dos acordos : <https://www.presalpetroleo.gov.br/acordos-de-individualizacao-de-producao/acordos-assinados/>

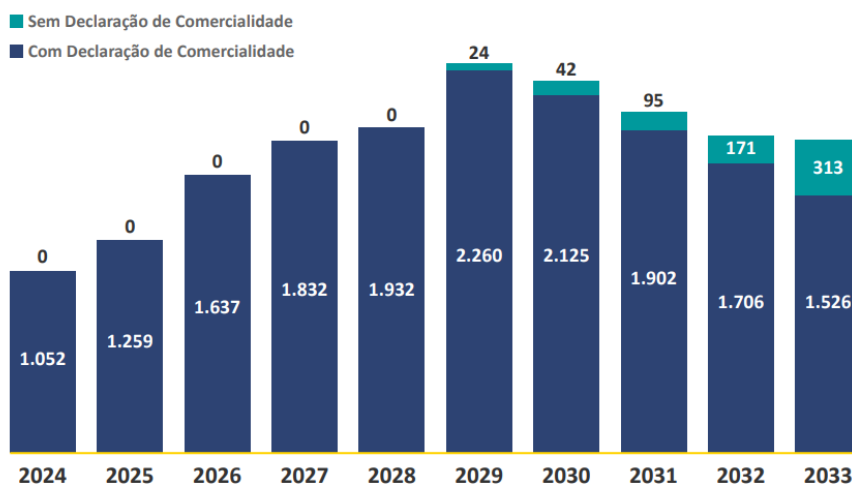
E-book: “Entendendo os Acordos de Individualização da Produção: https://www.presalpetroleo.gov.br/wp-content/uploads/2023/07/e-book_ppsa_vol1_20_05_21-1-editado07-07-2023-1.pdf

Crescimento esperado para a produção

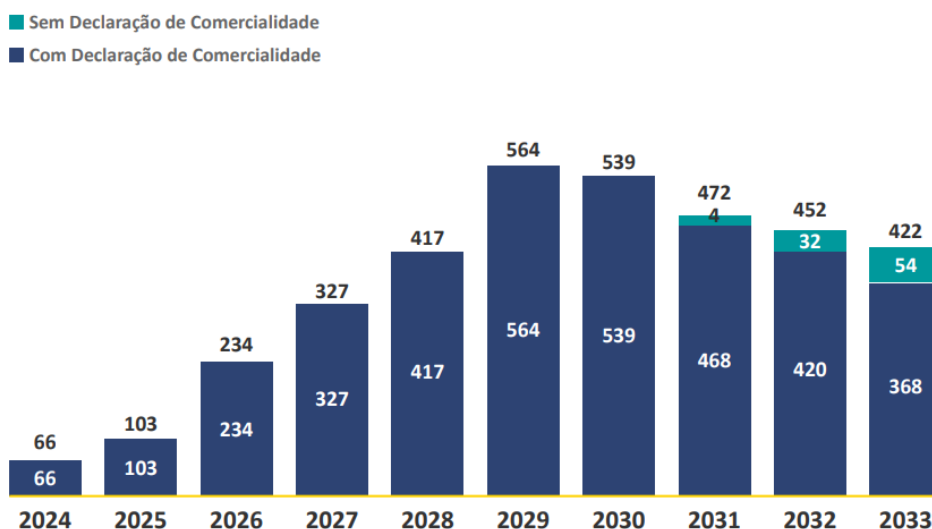
Em novembro, a PPSA divulgou, em seu Fórum Técnico, o estudo “Estimativa de resultados nos contratos de partilha de produção e nos acordos de individualização da produção com participação da União”. Segundo os dados do estudo, a projeção para o setor é de um crescimento significativo nos próximos anos, atingindo o pico em 2029, com a produção média de 2,3 milhões de barris por dia (bpd) de petróleo.

O “Estudo do Plano Decenal de Expansão de Energia 2032” elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) confirma essa estimativa - a produção nacional potencial para o ano de 2029 é 5,4 milhões de bpd, o que significa que, pelo menos 50% desse montante, serão advindos dos contratos de partilha.

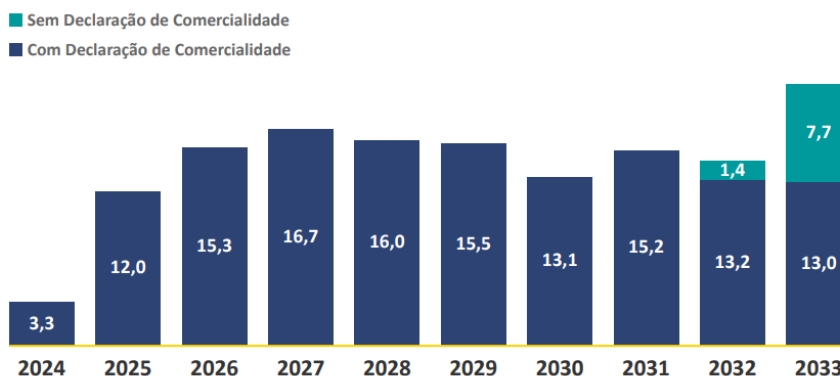
Estima-se que, ao longo dos próximos dez anos, aproximadamente 96% da produção virão de projetos comerciais, com reservas já descobertas e declaradas. Para a PPSA, tal cenário se traduz em oportunidades de crescimento para a empresa e incremento das atividades de gestão e comercialização.

ÓLEO PRODUZIDO SOB REGIME DE PARTILHA (em milhares de barris por dia)

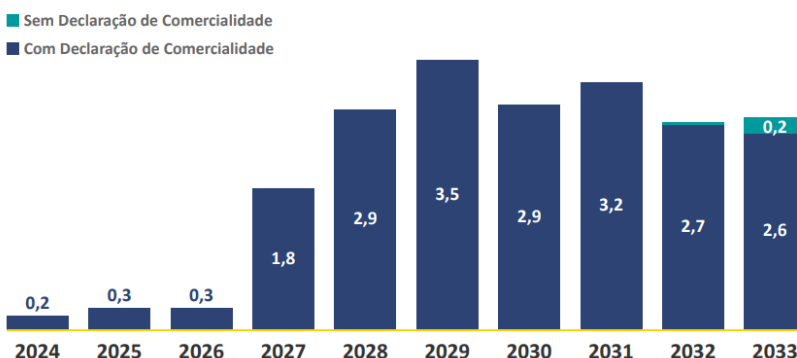
A produção estimada para a parcela de petróleo da União, calculada a partir da alíquota de oferta de excedente em óleo da União de cada contrato, do limite de recuperação de custo em óleo de cada área e das participações da União nos AIPs, apresentará crescimento contínuo até 2029, quando alcança o pico com 564 mil barris por dia, mais de dez vezes a produção de dezembro de 2023 (52 mil barris por dia).

ÓLEO LUCRO DA UNIÃO TOTAL (mil barris por dia)

De 2024 até 2033, os contratos terão uma produção acumulada de 6,5 bilhões de barris de petróleo. Desse total, a parcela acumulada da União será de 1,3 bilhão de barris. A produção de gás natural disponível para exportação nos contratos apresenta crescimento a partir de 2025 e se mantém praticamente estável entre 2026 e 2032. Em 2033, há potencial de produção de contratos que atualmente estão em fase exploratória, alcançando uma média anual diária de 21 milhões de m³.

GÁS DISPONÍVEL NOS CPPs E AIPs (MILHÕES m³/dia)

A parcela de gás natural diária da União dará um salto nos próximos anos, saindo de um patamar de 100 mil m³/dia em 2023 para 1,8 milhão m³/dia em 2027 e se mantendo em um faixa de 3 milhões m³/dia pelos próximos seis anos. O pico é alcançado em 2029 com 3,5 milhões m³/dia.

GÁS LUCRO DA UNIÃO TOTAL (MILHÕES m³/dia)

Até 2033, os contratos terão uma produção acumulada de 52 bilhões de m³ de gás natural para exportação. Desse total, a parcela acumulada da União será de 7,5 bilhões de m³.

Comercialização das parcelas da União

A PPSA é responsável pela comercialização de toda a parcela de óleo e gás natural de propriedade da União, sendo toda a receita gerada destinada ao Tesouro Nacional.

Em 2023, a PPSA comercializou R\$ 6,02 bilhões em cargas da União nos contratos de partilha de produção e áreas não contratadas de acordos de individualização de produção. O valor é cerca de 28% a mais do que o registrado em 2022 (R\$ 4,71 bilhão).

Durante todo o ano, foram entregues 33 cargas de petróleo da União – 11 a mais que o ano anterior –, o que totalizou 16,32 milhões de barris. Desse total, 22 cargas foram provenientes do Campo de Mero, duas de Tupi, quatro de Búzios, duas de Entorno de Sapinhoá, duas de Atapu e uma de Sépia.

As cargas de petróleo comercializadas ao longo do ano foram, em sua maioria, realizadas com base no leilão promovido pela PPSA na B3 em 2021, que teve como grande vencedora a Petrobras. As exceções foram as cargas de Atapu e Sépia, comercializadas em processo de venda direta ao longo de 2023 e que tiveram como vencedores a Galp Energia Brasil, Equinor e Petrobras.

Em relação ao gás natural, foram comercializados 45 milhões de metros cúbicos oriundos de Tupi, de Entorno de Sapinhoá, de Búzios, de Sudoeste de Tartaruga Verde, de Sépia e de Brava (Espadim).

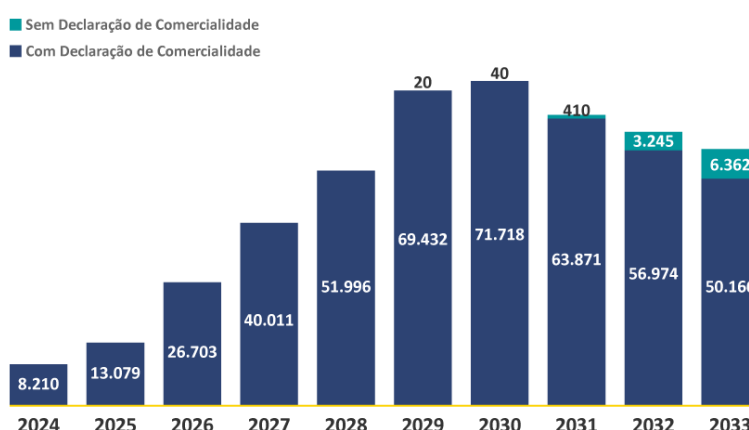
Para isso foram negociados, ao longo do ano, as extensões das vigências dos atuais contratos de compra e venda de gás natural de Tupi, Entorno de Sapinhoá, Búzios, Sudoeste de Tartaruga Verde, Sépia e Atapu e assinados contratos para compra e venda de gás natural de Brava, Sépia, Atapu e Forno.

Diante do crescimento projetado para a produção da União nos próximos dez anos, que exigirá consequentemente uma maior demanda da comercialização, a equipe técnica tem realizado diversos estudos para aprimorar sua atuação e otimizar cada vez mais os resultados da União. Uma das iniciativas prevê um estudo sobre novas formas de comercialização do gás natural da União, sendo a principal delas o acesso ao Sistema Integrado de Escoamento da Bacia de Santos.

No que diz respeito ao óleo, estão sendo estudados modelos diferenciados para venda de lotes inferiores a 500.000 barris (volume padrão) e a análise da demanda nos contratos de partilha de produção, e consequentemente da União, de navios de posicionamento dinâmico até 2030 para escoamento das cargas.

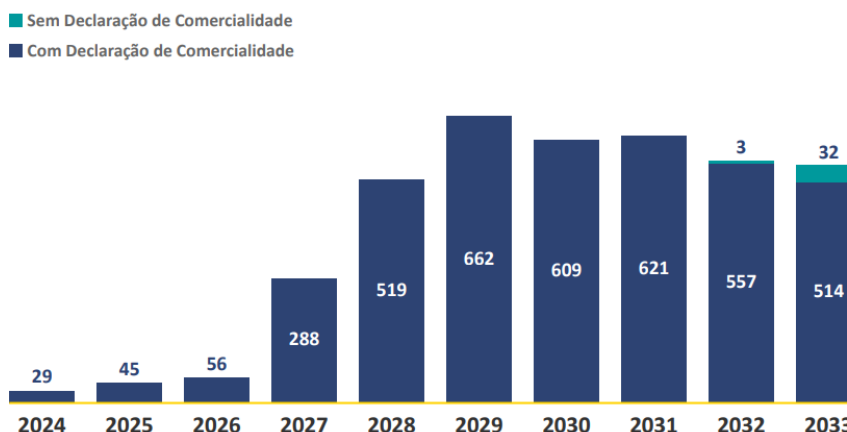
Considerando a produção de 1,3 bilhão de barris de petróleo pertencentes à União até 2033, a receita projetada para a União com a comercialização desse volume é de R\$ 462 bilhões nos próximos dez anos. O crescimento da receita da União com a comercialização do petróleo será contínuo até 2030, quando alcançará o pico com R\$ 71,7 bilhões.

RECEITA COM ÓLEO LUCRO (Em R\$ milhão)

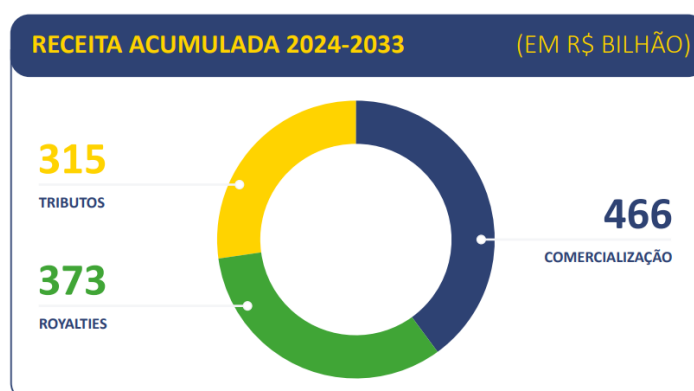


A receita projetada para a União com a comercialização da parcela de gás natural ao longo de dez anos é de R\$ 4 bilhões. O pico da receita está previsto para ocorrer em 2029, com R\$ 662 milhões.

RECEITA COM GÁS LUCRO (MM R\$)



O estudo demonstra que, considerando os montantes estimados com a comercialização do óleo da União sob a gestão da PPSA, os royalties advindos da produção nesses contratos e os tributos recolhidos pelas empresas produtoras, o total de recursos destinados aos cofres públicos poderá alcançar cerca de R\$ 1,15 trilhão no período 2024-2033. A maior parcela virá da comercialização do petróleo e do gás natural da União.



Outras atividades

Refino

Em atendimento à deliberação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a empresa irá realizar, em 2024, estudos com avaliação técnica e econômica de mecanismos para priorizar o abastecimento nacional de combustíveis derivados de petróleo. Para isso, foi elaborado um edital para contratação de consultoria especializada no desenvolvimento do estudo. A empresa contratada irá elaborar três produtos: um relatório sobre mecanismos de agregação do valor do petróleo da União, por meio de contratos de serviço de refino e beneficiamento no Brasil, ou contratos de longo prazo de compra e venda do petróleo da União, visando favorecer a ampliação da cadeia nacional de refino e petroquímica; um segundo relatório sobre a viabilidade técnica-econômica dos mecanismos propostos; e um workshop para apresentação dos relatórios técnicos finais.

Gás para Empregar

No início de 2023, o CNPE criou o Grupo de Trabalho do Programa Gás para Empregar (GT-GE), que visa o processo de reindustrialização nacional através do gás natural, por entender que a garantia de suprimento de gás natural a longo prazo é determinante nas decisões de investimentos em novas plantas industriais de diversos setores intensivos no consumo de gás natural.

O GT criou cinco comitês temáticos sobre o tema. A equipe técnica da PPSA participou de todos os grupos e coordenou o Comitê 3, que estuda o modelo de comercialização do gás natural da União, com objetivo de aumentar a oferta no mercado doméstico. O relatório final deste Comitê foi encaminhado ao GT para ser consolidado e entregue ao CNPE.

3.2 – Estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos

A adoção de ações de controle interno e a gestão de risco são instrumentos essenciais para assegurar o alcance das metas e objetivos da PPSA. Em linha com as recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a companhia busca assegurar um ambiente de controle com objetivos claros que demonstrem o compromisso dos gestores com a integridade pública, além de oferecer uma abordagem estratégica à gestão de riscos e adotar mecanismos para responder a possíveis violações das leis e desvios éticos.

O Sistema de Gestão é composto por quatro alicerces: Planejamento Estratégico, Gerência da Rotina, Gerenciamento de Riscos e Programa de Integridade. São 86 procedimentos – 17 deles elaborados em 2023 – para apoiar a operação da empresa e estruturar um ambiente de controle interno, facilitando a atuação em conformidade com a legislação, a manutenção de uma governança sólida, a operação de forma sistematizada, a redução da vulnerabilidade à fraude e à corrupção e, por fim, garantindo um resultado eficaz para a União.

O Sistema de Gestão da empresa toma por base o Planejamento Estratégico quinquenal. Todas as ações estratégicas da empresa são pautadas no Planejamento e acompanhadas mensalmente por meio de uma reunião de análise crítica junto à Diretoria Executiva e aos coordenadores das iniciativas. O Conselho de Administração faz acompanhamento mensal do tema. O Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria Estatutário acompanham a cada trimestre.

Mensalmente, a Diretoria Executiva também realiza uma reunião de análise crítica de resultados, com acompanhamento, em conjunto com a equipe, dos indicadores mensais de produção, de reconhecimento de custos e aprovação de ballots, previsões de cargas a serem comercializadas, arrecadação e contratações.



A Política de Gestão de Riscos da PPSA tem por objetivo estabelecer diretrizes ao processo de gerenciamento de riscos: a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades da empresa. Essa política incorpora a dimensão riscos à tomada de decisões estratégicas, conforme as regulamentações aplicáveis, com os princípios de integridade da PPSA e com as melhores práticas de mercado de óleo e gás.

O modelo das Três Linhas divide as responsabilidades de controle e gerenciamento de riscos entre três linhas distintas, cada uma desempenhando um papel específico na identificação, mitigação e supervisão dos riscos. Os papéis de primeira linha estão mais diretamente alinhados com a entrega de produtos e/ou serviços aos clientes da organização, incluindo funções de apoio. A equipe do Planejamento Estratégico desempenha o papel de segunda linha sendo responsável por controles internos e gestão de riscos. Desta forma, suporta os gestores, com metodologias, ferramentas e orientações em geral, na implementação e monitoramento contínuo dos controles internos destinados a mitigar os riscos identificados. A Auditoria Interna desempenha o papel de terceira linha, presta avaliação e assessoria independentes e objetivas sobre a adequação e eficácia da governança e do gerenciamento de riscos. Ela reporta suas descobertas ao Conselho de Administração e à gestão para promover e facilitar a melhoria contínua.

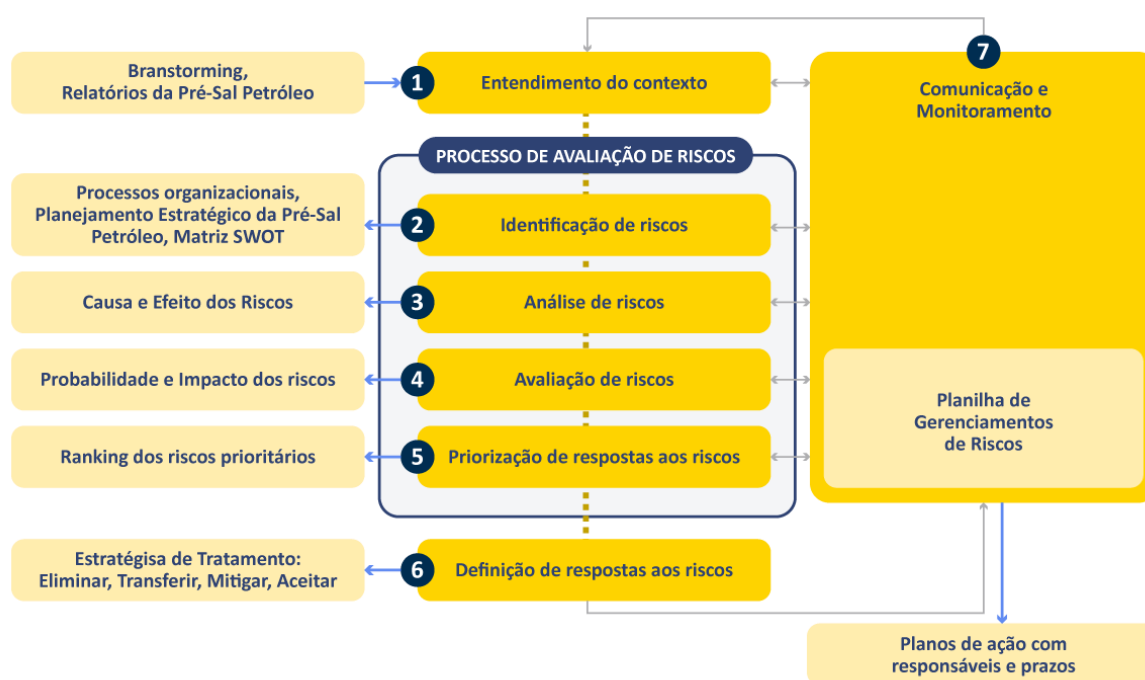


3.3 – Fatores de risco

A equipe de Planejamento Estratégico, vinculada diretamente à Presidência, é a responsável por conduzir o gerenciamento de riscos. Para a implantação do ciclo de gerenciamento de riscos de 2023 foi criado um grupo de trabalho buscando como premissa obter a participação de, pelo menos, um representante dos principais processos da empresa (processos finalísticos e processos das áreas de apoio). Os membros da Diretoria Executiva participaram das etapas de validação do método, validação do cronograma, entendimento do contexto e validação dos riscos priorizados e plano de respostas, além da aprovação do relatório final.

O processo de gerenciamento de risco visa à prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a PPSA, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de Atos de Corrupção e Fraude.

A metodologia de gerenciamento de riscos é composta por sete etapas, que abarcam desde o entendimento do contexto, com análises das ameaças internas e externas que afetam a empresa, a identificação de diversos riscos e posterior priorização, até a definição das respostas que serão dadas pela empresa.



As diretrizes para o processo estão estabelecidas na Política de Gestão de Riscos, que é aprovada e supervisionada pelo Conselho de Administração.

Durante a etapa de identificação de riscos, são levados em consideração diversos tipos de riscos:



Ao final do ciclo são priorizados os riscos a serem gerenciados, bem como as oportunidades que merecem acompanhamento.



Todos os riscos mapeados possuem um plano de tratamento com ações de mitigação, acompanhado pelo Planejamento Estratégico e pela Diretoria Executiva.



3.4 – Dados econômico-financeiros

Em 2023, encerramos o exercício com R\$ 181,6 milhões em caixa e equivalentes de caixa, o que representou um aumento de 26% em comparação a 2022, sendo esta rubrica representativa de 100% do total do ativo circulante. No mesmo período, apresentamos receita bruta de serviços pela gestão de contratos e representação da União de R\$ 90,9 milhões. Esse total representa um aumento de 18,9%, comparativamente ao exercício de 2022, quando a receita bruta pela gestão de contratos e representação da União foi de R\$ 76,5 milhões. Em 2022, tivemos R\$ 14,6 milhões de receitas de bônus de assinatura e, em 2023, tivemos R\$ 38,4 milhões.

A companhia finalizou o ano com lucro líquido de R\$ 34 milhões, gerando R\$ 8,1 milhões de dividendos a serem pagos em 2024. Em razão do lucro, a companhia apurou R\$ 13,7 milhões de Imposto de Renda (IRPJ) e R\$ 4,9 milhões de Contribuição Social sobre Lucro (CSLL).

As demonstrações contábeis estão disponíveis no site e apresentam a posição patrimonial e financeira da PPSA em 31 de dezembro de 2023, o desempenho das operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3.5 – Políticas e práticas de governança

A PPSA atua em conformidade com a legislação e os regramentos a que está submetida e tem sua rotina diária pautada no fortalecimento da ética, da integridade, dos controles internos e de seus valores. A empresa conta com um arcabouço de instrumentos de gestão que fornecem orientação, estrutura e diretrizes que orientam desde o comportamento dos funcionários até a tomada de decisões em várias áreas, além de garantir que a sua atuação ocorra sempre dentro dos limites legais

e éticos, evitando penalidades legais, danos à reputação e outros riscos associados à não conformidade.

A estrutura de governança corporativa é composta por órgãos estatutários: Assembleia-Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, Auditoria Interna, Ouvidoria e Área de Integridade. As instâncias de governança estão definidas formalmente por meio do Estatuto Social, do Regimento Interno da Companhia, assim como dos regimentos internos referentes a cada instância.



Programa de Integridade

A PPSA preza pela atuação ética, transparente e responsável. As atividades são pautadas na prevenção, detecção e correção de irregularidades, norteadas por princípios constitucionais como o da moralidade, legalidade, eficiência, transparência e impessoalidade. O Programa de Integridade tem como pilares o Código de Conduta e Integridade (CCI) e a Política Anticorrupção. A empresa adota tolerância zero para corrupção.

O Programa de Integridade é conduzido pela Área de Integridade, composta por um Compliance Officer e três colaboradores indicados pelo Diretor-Presidente e eleitos pelo Conselho de Administração. A área tem como objetivo propor políticas de Integridade, verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços às leis, além de atuar, institucionalmente, como supervisora de conformidades no ambiente empresarial.

Em 2023, foi aprovado o Regimento Interno da Área de Integridade. Trimestralmente, Relatórios de Atividades da Área de Integridade são elaborados e submetidos à apreciação de todos os colegas da PPSA.

Ao longo do ano, as áreas de Integridade e Comunicação e Ouvidoria buscaram disseminar os valores éticos da empresa entre os colaboradores, visando engajá-los como protagonistas da integridade. Foram realizadas ações permanentes de comunicação interna, por meio de iniciativas em jornal mural, informativo mensal e comunicados. Em paralelo, foram realizados dois treinamentos mandatórios. O curso “Anticorrupção”, pela plataforma Revvo, com carga horária de uma hora e o treinamento “Assédio Moral e Assédio Sexual”.

3.6 – Descrição da composição e da remuneração da Diretoria e dos colegiados

A remuneração global dos administradores é aprovada na Assembleia Geral realizada anualmente. Os benefícios referem-se a auxílio refeição e plano de saúde.

O quadro apresenta o valor da remuneração individual máxima e mínima da Diretoria Executiva e dos demais colegiados nos últimos três anos, bem como o valor médio da remuneração.

VALOR ANUAL DA REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL MÁXIMA E MÍNIMA DOS MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL E MEMBROS DO COMITÊ DE AUDITORIA (R\$)															
	DIRETORIA EXECUTIVA			CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			CONSELHO FISCAL			COMITÊ DE AUDITORIA			COMITÊ DE PESSOAS, ELEGIBILIDADE.....		
	2023	2022	2021	2023	2022	2021	2023	2022	2021	2023	2022	2021	2023	2022	2021
Nº DE MEMBROS	4	4	4	7	5	5	3	3	3	3	3	3	3	0	0
VALOR DA MAIOR REMUNERAÇÃO	1.041.689	973.768	973.768	98.001	91.656	91.656	98.001	91.656	91.656	98.001	91.656	91.656	49.001	0	0
VALOR DA MENOR REMUNERAÇÃO	993.611	928.825	928.825	98.001	91.656	91.656	98.001	91.656	91.656	98.001	91.656	91.656	49.001	0	0
VALOR MÉDIO DA REMUNERAÇÃO	1.005.630	940.061	940.061	98.001	91.656	91.656	98.001	91.656	91.656	98.001	91.656	91.656	49.001	0	0

Nota: Na composição da remuneração individual estão incluídos os honorários mensais, as férias e a gratificação natalina com base na aprovação dos valores pela AGO.

Remuneração variável

O Programa de RVA é um instrumento de gestão que busca alinhar esforços dos membros da Diretoria Executiva com vistas ao atendimento dos objetivos estratégicos da companhia, incluindo a execução de políticas públicas, por meio de fixação de metas de resultado, adoção de boas práticas de governança corporativa e gestão de riscos. Tal programa permite a indução de comportamentos e o direcionamento de esforços operacionais, bem como viabilizar desempenho alinhado às metas de longo prazo.

O programa vincula a parcela da remuneração ao desempenho dos seus diretores, de modo a garantir a implementação da estratégia corporativa e o alcance de resultados.

Participam do programa todos os membros da Diretoria Executiva da PPSA, sejam estes ativos ou os desligados ao longo do exercício, desde que tenham ocupado o cargo de direção por período igual ou superior a 30 dias. O valor correspondente à parcela da RVA a ser destinada a cada participante é calculado proporcionalmente ao tempo de efetivo trabalho no respectivo exercício. O Programa não se aplica aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

O programa é mensurado por meio de indicadores, distribuídos em três dimensões: econômico-financeira, atuação em políticas públicas e governança corporativa. Cada dimensão contém dois indicadores, com pesos pré-estabelecidos. Em 2023, a PPSA considerou como gatilho para acionamento da remuneração variável dos diretores, o atingimento de 90% do “Indicador de Volume de óleo da União comercializado”. O RVA 2023 obteve 105,3% de resultado final, resultando no pagamento de 1,053 salário para cada diretor.

DIMENSÕES	INDICADOR	SINAL*	META	UNIDADE DE MEDIDA	PESO	RESULTADO	PAGAMENTO RESPECTIVO	PESO PONDERADO PARA PAGAMENTO
ECONÔMICO FINANCEIRO	Despesa total da PPSA (milhões R\$) / Volume de óleo comercializado (milhões bbl)	-	6,37 R\$/bbl	R\$/bbl	15%	6,02 R\$/bbl	110%	16,5%
	Receita para a União	+	R\$ 5.838 milhões	R\$	15%	R\$ 6.019 milhões	104%	15,6%
POLÍTICAS PÚBLICAS	Volume de óleo da União comercializado	+	15,78 milhões de barris	bbl (barris de óleo)	25%	16,32 milhões de barris	104%	26,0%
	Volume de óleo da União comercializado	+		%	25%	99%	110%	27,5%
GOVERNANÇA, CONFORMIDADE E TRANSPARÊNCIA	Volume de óleo da União comercializado	+	93%	pontos	10%	958	95%	9,5%
	Volume de óleo da União comercializado	+	1000	%	10%	95%	102%	10,2%
TOTAL 105,3%								

*O sinal será positivo (+) quando o indicador for do tipo 'maior-melhor' e negativo (-) caso contrário

SAIBA MAIS:

Informes de remuneração mensal (<https://www.presalpetroleo.gov.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/remuneracao-dos-administradores/>)

Administradores subscritores desta Carta Anual

Conselho de Administração

Arthur Cerqueira Valério (Presidente)
Roberto Seara Machado Pojo Rego
Ana Paula de Magalhães de Albuquerque Lima
Guilherme Santos Mello
Valder Ribeiro de Moura
Micheline Xavier Faustino

Diretoria Executiva

Tabita Yaling Cheng Loureiro
Evamar José dos Santos
Samir Passos Awad

Pré-Sal Petróleo

Escritório Central

Avenida Rio Branco, nº 1 – 4º andar – Centro
CEP: 20.090-003 - Rio de Janeiro – RJ

(21) 3513.7701

Horário de funcionamento:
de 3ª a 5ª de 9:00h às 18:00h

Brasília

BRFOFFICES
Setor Bancário Sul Quadra 02 Bloco E, Edifício Prime 206/14º andar Brasília/DF
CEP: 70.070-120

São Paulo

Rua Augusta, nº 101 / sala 1016 – unidade 3
Consolação – São Paulo – SP

www.presalpetroleo.gov.br